

RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.525 - RO (2018/0311779-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : IGOR CAMARGO DE ANDRADE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. ART. 155, § 4º, II E IV, DO CP. ROUBO QUALIFICADO. MULTIRREINCIDÊNCIA. REGIME INICIAL MAIS GRAVOSO. POSSIBILIDADE. Recurso especial não provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **Igor Camargo de Andrade**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Rondônia que, na condenação do ora recorrente, nos termos do art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, à pena de 7 anos e 4 meses de reclusão, fixou o regime inicial fechado, porquanto, *em análise ao caso concreto, denota-se que o recorrente ostenta diversas condenações anteriores (n.0011348-13.2002.8.22.0501/RO, n. 0016706-56.2002.8.22.0501/RO, n. 501.2006.011299-4/RO, 0000625-51.2010.8.22.0501/RO e 0017291-59.2012.8.22.0501/RO), sendo inclusive reincidente específico em crimes contra o patrimônio* (fl. 174).

Esta, a ementa do acórdão local (fl. 172):

Apelação criminal. Roubo qualificado. Circunstâncias judiciais desfavoráveis. Modificação do regime de pena. Reincidência específica. Diminuição da pena. Não cabimento.

Diante da reincidência específica do réu, torna-se cabível a fixação do regime prisional mais gravoso (fechado), em virtude da existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, consoante art. 33, §3º, do Código Penal.

No recurso especial, o recorrente sustenta que o acórdão *a quo* violou o art. 33, § 2º, *a* e *b*, do Código Penal, porquanto *a pena do recorrente encontra-se dentro do lapso legal previsto para a aplicação do regime semiaberto inicial, uma vez que não supera os oito anos de reclusão* (fl.

184).Requer, por fim, *a determinação do regime inicial semiaberto* (fl. 187):

Requer, por fim, *a determinação do regime inicial semiaberto* (fl. 187):

Contrarrazões às fls. 192/197.

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não provimento da insurgência recursal (fls. 211/214).

É o relatório.

O recurso especial merece ser conhecido, pois preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade.

Com relação ao regime inicial, tem-se que o Tribunal de origem fixou o regime inicial de cumprimento da pena mais grave do que a pena (7 anos e 4 meses de reclusão), em razão da multirreincidência do recorrente (fls. 135 e 136, bem como 172/175).

Melhor esclarecendo, conquanto ao recorrente tenha sido aplicada pena privativa de liberdade inferior a 8 anos de reclusão, a sua múltipla reincidência impede a concessão, desde logo, de regime prisional menos gravoso; isto é, diante da *reincidência, adequada a fixação do regime inicial fechado para início do desconto da pena, a teor do art. 33, § 2º, "b", e § 3º, do Código Penal* (HC n. 410.560/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 4/10/2017).

Sendo repetidamente decidida a matéria debatida, conforme os precedentes citados e o parecer do órgão ministerial (fls. 211/214), o presente recurso comporta pronta solução, nos moldes do art. 34 do RISTJ e o disposto na Súmula 568/STJ, com o fim de se agilizar a prestação jurisdicional.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34 do RISTJ e no disposto na Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Publique-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

